

AS JORNADAS DE JUNHO, UM ANO DEPOIS

JUNE DAYS, ONE YEAR AFTER

LAS JORNADAS DE JUNIO, UN AÑO MÁS TARDE

Valerio Arcary¹

Resumo: Refletindo em perspectiva marxista sobre as Jornadas de Junho, o artigo visa responder em que medida a correlação de forças entre as classes foi alterada, perguntando se estamos diante de uma nova realidade nacional e se abriu-se ou não uma situação pré-revolucionária. Argumenta-se que a partir do dia 17 de junho aconteceu uma inflexão importante da situação política no Brasil e que as dimensões deste processo remetem à ideia de que um processo revolucionário se iniciou. O autor aposta que estará aberta para os socialistas-revolucionários, no próximo período, em condições imensamente mais favoráveis, a possibilidade de uma disputa pela consciência de milhões de trabalhadores e jovens em um combate contra as ilusões reformistas e contra as esperanças na solução concertada dos conflitos preservando-se as instituições do regime democrático-presidencialista.

Palavras-Chave: Jornadas de Junho; correlação de forças; situações revolucionárias.

Resumen: Al reflexionar sobre la perspectiva marxista sobre las jornadas de junio, el artículo pretende responder en qué medida la correlación de fuerzas entre las clases ha cambiado, preguntándose si estamos frente a una nueva realidad nacional y no se abre o una situación pre-revolucionaria. Se argumenta que del 17 de junio se produjo un importante giro de la situación política en Brasil y las dimensiones de este proceso se refiere a la idea de que un proceso revolucionario iniciado. La apuesta autor que estará abierta a los eseristas, el próximo período en condiciones mucho más favorables, la posibilidad de una disputa por la conciencia de millones de trabajadores y jóvenes en una lucha contra las ilusiones reformistas y espera frente a una solución concertada de conflictos preservando las instituciones del régimen presidencial democrático.

Palabras clave: Días de junio; la correlación de fuerzas; situaciones revolucionarias.

Abstract: Reflecting on Marxist perspective about the June Days, the article aims to answer to what extent the correlation of forces between the classes has changed, wondering if we are facing a new national reality and if opened or not a pré-revolutionary situation. It is argued that from June 17 happened a important turning of the political situation in Brazil and that the dimensions of this process refer to the idea that a revolutionary process started. The author bet that will be open to the Socialist-Revolutionaries, the next period, in vastly more favorable conditions, the possibility of a dispute by the consciousness of millions of workers and youth in a fight against the reformist illusions and the hopes concerted solution of conflicts preserving the institutions of democratic presidential regime.

Keywords: June days; correlation of forces; revolutionary situations.

Introdução

Os camponeses estão votando com os pés.

Vladimir Ilitch Ulianov, alias, Lênin, quando informado que os camponeses estavam desertando em massa do Exército Czarista na Primeira Guerra Mundial.

Em qualquer análise, respeitar o sentido das proporções é indispensável. Quando da interpretação de grandes acontecimentos, no calor da hora, existe sempre o duplo perigo de subestimação ou de sobre-estimação. A grande questão que desafia a compreensão das Jornadas de Junho, em uma análise marxista, é responder em que medida a relação social de forças entre as classes foi alterada. Estamos diante de uma nova realidade nacional? Abriu-se ou não uma situação pré-revolucionária? Nosso argumento é que a partir do dia 17 de junho aconteceu uma inflexão importante da situação política no Brasil. Nas Jornadas de Junho centenas de milhares de jovens invadiram as ruas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na dimensão nacional pelo menos algo próximo a dois milhões de pessoas saíram às ruas em pelo menos umas quatrocentas cidades. Estavam votando com os pés. As dimensões deste processo remetem à ideia de que um processo revolucionário se iniciou².

Uma sequência de quatro protestos de rua contra o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, com alguns milhares de jovens, foi uma faísca. Reprimidos pela polícia com uma violência selvagem, detonaram uma reação surpreendente e magnífica. Um conflito que parecia marginal deflagrou uma onda nacional de mobilizações que o país não conhecia há vinte anos. Os próprios manifestantes declararam espontaneamente, aos milhares, ao que vieram: *Não é por centavos!*

Esta luta por transportes, educação e saúde pública gratuita e de qualidade chocou, frontalmente, com o Partido dos Trabalhadores (PT) de Fernando Haddad na prefeitura de São Paulo e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Alckmin. Sérgio Cabral e Eduardo Paes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) nos governos do Rio não foram poupados. Em Recife o Partido Socialista Brasileiro (PSB) de Eduardo Campos foi, igualmente, atingido. Depois a avalanche de mobilizações se alastrou e expandiu na forma de um tsunami nacional. Muitas cidades viram as maiores passeatas de sua história. Em não poucas delas, mobilizações maiores que as que conheceram quando do Fora Collor de 1992. Algumas até maiores do que as Diretas em 1984.

O apoio ao governo Dilma, que era amplamente majoritário, em menos de um mês, passou a ser minoritário. A força social de choque destas mobilizações deixou as instituições do Estado, por quase uma semana, semiparalisadas. A classe dominante se dividia entre os que exigiam mais repressão, e aqueles que temiam uma completa desmoralização política dos governos, caso a fúria policial descontrolada provocasse um ou mais mortos. O recuo no aumento das passagens não foi o bastante para retirar as massas das ruas. Uma maioria dos setores médios deslocou-se para o apoio aos manifestantes. Por isso, faz sentido trabalhar com a hipótese de que pode ter se aberto uma situação pré-revolucionária³.

Esta questão político-teórica é da maior gravidade. Expliquemo-nos. Esta inflexão pode ou não se manter, pode avançar ou retroceder. Ao longo dos próximos meses veremos mudanças de conjuntura, favoráveis ou desfavoráveis às lutas populares. Se, no entanto, a evolução da situação política a confirmar, estará aberta para os socialistas-revolucionários a possibilidade de uma disputa pela consciência de milhões de trabalhadores e jovens em condições imensamente mais favoráveis.

Esta luta pela consciência não é somente uma luta de ideias. Trata-se de um combate político contra a influência de aparelhos muito poderosos que, durante os últimos trinta e cinco anos, foram se organizando em torno da direção lulista-petista. Trata-se uma luta contra as ilusões reformistas e contra as

esperanças na solução concertada dos conflitos preservando-se as instituições do regime democrático-presidencialista⁴.

Progressiva ou regressiva?

Tentar desqualificar e diminuir o significado destas mobilizações, como fizeram intelectuais próximos ao governo, com a caracterização de que seriam somente a expressão do mal estar das classes médias urbanas mais escolarizadas e hostis ao PT demonstrou-se insustentável.

É verdade que nem todas as mobilizações de massas são progressivas. O papa reuniu em julho de 2013 alguns milhões nas ruas do Rio de Janeiro, e não havia nada de progressivo no apoio ao Vaticano. Foi uma mobilização reacionária. Aqueles que se posicionaram contra as manifestações de Junho argumentaram que uma onda reacionária de classe média ameaçava a democracia. A presença de fascistas nas ruas foi o bastante para que levantassem um espantalho para assustar a sua base social e desmotivá-la de ir às ruas. Esta avaliação insinuava que os milhões mobilizados respondiam a um programa de direita levantado pela oposição burguesa⁵.

O sentido das Jornadas de Junho, apesar de muita confusão, foi oposto. A esmagadora maioria dos cartazes era maravilhosa: *se o povo acordar, eles não dormem! Não adianta atirar, as ideias são à prova de balas! Não é por centavos, é por direitos! Põe a tarifa na conta da FIFA! Verás que um filho teu não foge à luta! Se seu filho adoecer, leve-o ao estádio! Ó fardado, você também é explorado!* Havia algum desafino, é verdade, entre o que as multidões fazem e muitos dos cartazes. Alguns cartazes, por exemplo, eram contraditórios com outros. Este desacerto é previsível⁶. Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) sobre as razões da participação nas manifestações revela que a grande maioria estava nas ruas em defesa de serviços públicos e gratuitos e contra a corrupção⁷.

Assistimos a uma desconcertante explosão de protesto e euforia. Não devemos nos preocupar com o que vimos de espontâneo, singelo, irreverente e até um pouco ingênuo. Tampouco devemos exagerar os episódios dramáticos de choques com quadrilhas que queriam derrubar as bandeiras vermelhas⁸. Embora muito graves, esta disputa esteve longe de ser o mais importante do que ocorreu em junho, ainda que tenha sido o mais triste. No vendaval desta primeira onda de protestos, depois de dez anos de governos de colaboração de classes dirigidos pelo PT era previsível uma grande confusão política.

A alegria das massas nas ruas se explica pela descoberta, surpreendente para elas mesmas, de que é possível mudar a vida, mudar o mundo, e mudarmo-nos a nós mesmos pela ação política coletiva. Por isso, a força irresistível da palavra de ordem *o povo acordou*. Ou o clássico *o povo unido jamais será vencido*.

A composição social predominantemente jovem e universitária não diminui em nada o caráter progressivo das Jornadas de Junho. Assim forma, também, durante muitos anos as manifestações de rua que entre 1978 e 1984 saíram às ruas na fase final da luta contra a ditadura militar. Nas sociedades urbanas e industrializadas contemporâneas, a juventude universitária foi incontáveis vezes um setor que se antecipou à entrada em cena dos trabalhadores. Quem estava nas ruas não era uma nova classe média ascendente, mas uma nova classe trabalhadora mais escolarizada⁹.

Referências:

- DEUTSCHER, I. *Trotsky, o profeta banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- LÊNIN, V. I. U. *La maladie infantile du communisme (Le Gauchisme)*. Pekin: Editions en langue étrangères, 1970.
- _____. *A Falência da Segunda Internacional*. São Paulo, Kairos, 1979.
- MORENO, N. *As Revoluções do Século XX*. Brasília: Edição da Câmara dos Deputados, 1989.
- TROTSKY, L. “Que é uma situação revolucionária?”. In: TROTSKY, L. *Escritos*. Bogotá: Pluma, 1976. t. 2. v. 2.

Notas:

- ¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor efetivo do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. E-mail: arcary@uol.com.br.
- ² Uma revolução não se resume ao momento da insurreição. Uma revolução é um processo. É preciso lembrar, também, que o conceito de situação revolucionária é definido com muita frequência, ao mesmo tempo, de forma restrita ou imprecisa, e confundindo situação revolucionária e crise revolucionária. Para ser mais rigoroso uma dupla confusão é muito comum: se esquece que uma situação revolucionária precede necessariamente uma insurreição e que, portanto, a abertura de uma situação revolucionária *não desemboca sempre na abertura de uma crise revolucionária*; e se esquece, também, que uma revolução se coloca em marcha antes de que estejam maduras todas as condições para a conquista do poder político. E que, portanto, *é precedida por uma situação pré-revolucionária*. Uma definição clássica de situação revolucionária é a que Lênin apresentou em *A falência da Segunda Internacional*, em que é introduzida, pela primeira vez no debate marxista, uma diferenciação entre a hierarquia dos fatores objetivos e subjetivos. O protagonismo das massas é ressaltado *como condição sine qua non*, acima da profundidade dos elementos mais objetivos, como a gravidade da crise econômica ou de outra catástrofe: “Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral, os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos os três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da ‘cúpula’, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que ‘a base não queira mais’ viver como outrora, mas é necessário ainda que ‘a cúpula não o possa mais’; 2) agravamento, além do comum, da miséria e da angústia das classes oprimidas; 3) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos ‘pacíficos’, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria ‘cúpula’, para uma ação histórica independente.” (LÊNIN, 1979, p. 27-28, grifo nosso).
- ³ Sobre os tempos da revolução existe uma ampla esfera de problemas em debate. Consideremos, em primeiro lugar, a questão da diferença entre as revoluções políticas e as revoluções sociais. Parece muito sensato que as diferenças entre elas não possam ser resumidas aos resultados distintos que produziram, e devamos procurar o que as diferenciava, nas suas dinâmicas diferentes antes da conquista do poder. As grandes revoluções políticas do século XX (que, por analogia com o processo russo, Trotsky denominou de Fevereiro), exigiram as duas condições chaves que Lênin fixou, tanto antes como depois de Outubro, para definir uma situação revolucionária: quando os de cima “não podem”, e quando os de baixo “não querem”. Mas Outubro foi uma revolução muito diferente da de Fevereiro e, portanto, é razoável concluir que a situação que a precedeu, foi também uma crise revolucionária muito diferente. Assim, parece ser necessário distinguir as diferenças entre a situação e a crise revolucionária de Fevereiro da de Outubro. Nesse caminho avançou a análise, por exemplo, de Nahuel Moreno. A seguir, uma citação sobre o que seria uma situação pré-revolucionária de Fevereiro. Impressiona como a sumária definição parece útil, como uma luva, para descrever o atual momento político no Brasil: “Essas situações revolucionárias de fevereiro são precedidas por situações pré-revolucionárias que poderíamos denominar de ‘pré-fevereiros’. Tais situações pré-revolucionárias ocorrem quando o regime burguês entra em crise e o povo rompe com ele, deixando-o sem nenhum apoio social. São pré-revolucionárias porque ainda não está colocado o problema do poder, mas as condições para que esteja colocado já estão maduras. Tornam-se revolucionárias quando as massas populares conseguem unificar seu ódio ao regime em uma grande mobilização unificada à escala nacional fazendo com que a crise do regime se torne total e absoluta.” (MORENO, 1989, p. 66, grifo nosso).
- ⁴ O Estado burguês ou capitalista é compatível com os mais esdrúxulos regimes políticos, e pode assumir diferentes formas institucionais: ele conviveu, na sua origem, com monarquias absolutas, com monarquias parlamentares, com repúblicas com uma ou duas câmaras (uma assembleia de deputados, e um senado, por exemplo), com repúblicas com voto censitário ou com sufrágio universal, repúblicas presidencialistas ou semipresidencialistas (em que o poder da presidência, unindo ao mesmo tempo as funções de chefe de estado e de chefe de governo é limitado por um congresso), com regimes bonapartistas, com repúblicas federalistas ou unitárias, com regimes de Apartheid, com regimes teocráticos, com ditaduras fascistas, ou com ditaduras militares, etc. As passagens de um regime a outro podem se dar por vias reformistas ou por vias revolucionárias (o que é o mesmo que dizer, dependendo do signo do processo, por vias reacionárias ou contra-revolucionárias). No nosso século, entretanto, de forma frequente, como uma regularidade histórica impressionante, *mesmo as mudanças de regime, que não afetam a natureza social do Estado, têm exigido revoluções políticas*. Isso expressa as estreitas margens de manobra da burguesia, mesmo para mudanças muito limitadas, mas das expressões de sua natureza histórica obsoleta. Para uma definição mais precisa da *crise revolucionária, como o momento no interior da situação revolucionária em que a luta pelo poder é possível*, podemos conferir o extracto que

transcrevemos em seguida. Foi elaborado em 1920, como parte do esforço de generalização da experiência bolchevique de construção de um partido marxista-revolucionário, na polêmica contra as pressões esquerdistas que se abatiam como uma avalanche, sobre uma boa parte das organizações constituídas depois de Outubro, com um muito tênuo fio de continuidade com os partidos com influência de massas da Segunda Internacional. Merece ser observado que a formulação de Lênin se adequa mais à experiência da situação que a Rússia viveu em 1905 ou em Fevereiro de 1917, do que a situação prévia a Outubro. Nela não há referências por exemplo ao duplo poder “institucionalizado”, como forma mais orgânica da democracia direta da mobilização das massas, ou ao armamento das forças populares: “*A revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete a explorados e exploradores). Por conseguinte, para que estoure a revolução é necessário, em primeiro lugar, conseguir que a maioria dos operários (ou, em todo caso, a maioria dos operários conscientes, reflexivos e politicamente ativos) compreenda a fundo a necessidade da revolução e esteja disposta a sacrificar a vida por ela; em segundo lugar, é preciso que as classes dirigentes sofram uma crise governamental que arraste à política inclusive as massas mais atrasadas (o sintoma de toda revolução verdadeira é a decuplicação ou até a centuplicação do número de pessoas aptas para a luta política pertencentes à massa trabalhadora e oprimida, antes apática), que enfraqueça o governo e torne possível seu rápido derrocamento pelos revolucionários*” (LÊNIN, 1970, p. 85, grifo e tradução nossos).

⁵ Um aspecto interessante que a citação de Trotsky que apresentamos na sequência suscita é a polêmica, para a Inglaterra dos anos vinte do século XX, sobre as condições em que o fantasma do fascismo, ou do golpe de Estado iminente é uma arma política para disciplinar e domesticar as lutas dos trabalhadores e suas reivindicações: “*Isso é suficiente para explicar por que é completamente errado sugerir que na Inglaterra, o conflito político se dá entre a democracia e o fascismo. A era fascista começa a sério depois de uma vitória importante e, temporalmente, decisiva da burguesia sobre a classe trabalhadora. Mas na Inglaterra as grandes lutas ainda não foram dadas. Como já assinalamos referindo-nos a outro tema, o próximo capítulo político da Inglaterra, após a queda do governo nacional e do conservador que provavelmente deva sucedê-lo, será, possivelmente, liberal-trabalhista. [...] Condicionalmente chamamos a essa etapa kerenskismo britânico. Mas é preciso acrescentar que não necessariamente em todas as fases e em todos os países o kerenskismo será tão fraco como era o russo, que era fraco, porque o Partido Bolchevique era forte [...] O kerenskismo combina a fraseologia [...] ‘socialista’ com reformas democráticas e sociais de secundária importância com a repressão da ala esquerda da classe trabalhadora. Este método é o oposto do fascismo, mas tem a mesma finalidade. A derrota do lloydgeorgismo futuro só será possível se sabemos prever a sua chegada, se não nos deixamos hipnotizar pelo fantasma do fascismo, que hoje é um perigo muito mais distante que Lloyd George e sua ferramenta do futuro, o partido trabalhista.*” (TROTSKY, 1976, p. 514, grifo e tradução nossos).

⁶ A mobilização social esteve na história, invariavelmente, à frente da consciência política. As grandes massas em luta pelas suas reivindicações, isto é, por uma vida melhor, têm uma compreensão muito parcial das tarefas históricas necessárias para a sua vitória: as mudanças econômico-sociais, ou seja, um programa de mudança do sistema capitalista. Também têm imensas dificuldades de imaginar o que seria uma mudança política-social, ou seja, a conquista do poder, e o exercício da política, por elas mesmas, sem a mediação das instituições do regime que desmorona. *Vivem “fora da política”, a maior parte de suas vidas, e por isso, a delegação do poder político, seja de forma coercitiva, pela usurpação violenta, seja de forma mascarada, pelo voto em alguém, é uma das forças de inércia histórica mais poderosas.* As massas, sejam elas operárias, camponesas, ou populares se colocam em movimento para derrubar o governo e o regime *sem uma idéia muito clara do que seria necessário erguer no seu lugar, sem um projeto definido de ordem social e política alternativo, e sem propostas previamente acordadas de quais mudanças realizar.* A obra “destrutiva” da revolução, surge aos olhos das multidões em luta, com uma urgência e uma clareza *proporcionalmente inversa* à dificuldade de perspectiva do que seria o novo regime. Nesse sentido, também, o papel subjetivo da direção revolucionária, o sujeito político coletivo, os milhares de pequenos chefes que emergem de qualquer processo revolucionário mais profundo é decisivo. Ele pode ser qualitativo para garantir que a revolução não fique estacionada ou congelada na fase política da queda do regime, e para ajudar as massas a procurar a via da sua auto-organização e construção de organismos independentes de democracia direta, a chave para avançar para uma revolução econômico-social do tipo Outubro.

⁷ Disponível em: <<http://especial.g1.globo.com/fantastico/pesquisa-de-opiniao-publica-sobre-os-manifestantes>>. Acesso em: 28 out. 2013.

⁸ Se em junho apareceu o que existe de mais generoso, valente e solidário no coração da juventude, apareceu, também, o que existe de ingênuo, confuso e até reacionário. Como em todos os processos históricos, quando as mobilizações são ainda policlassistas, ou seja, quando o peso social da classe operária ainda não se impôs, não foi tudo progressivo. Apareceram jovens embriagados de nacionalismo, embrulhados na bandeira nacional. Cantando: *sou brasileiro com muito orgulho e muito amor.* O nacionalismo é uma ideologia política perigosa. Só é positivo quando defende o Brasil do imperialismo. Alguns destes jovens fizeram ainda pior. Avançaram sobre militantes de esquerda e suas bandeiras. Atacaram as bandeiras do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), associando toda a esquerda ao PT. Não fosse isso bastante, durante as manifestações na Avenida Paulista em São Paulo e no Rio de Janeiro de 20 de junho, as colunas de militantes da esquerda foram atacadas por grupos de indescritível boçalidade que queimaram as faixas. As bandeiras vermelhas foram perseguidas com ferocidade fascista. Dezenas de militantes foram agredidos, violentamente e, para evitar um confronto físico que poderia ter sido muito mais grave, em condições imensamente desfavoráveis, porque os agressores fascistas eram apoiados por uma parcela da manifestação que gritava *sem partido, sem partido*, a esquerda decidiu-se retirar da manifestação. O que aconteceu foi uma tragédia. A esquerda teve que enfrentar a repressão policial nos últimos anos, incontáveis vezes, é verdade. Mas há décadas que não tínhamos que disputar o direito de marchar nas ruas contra os fascistas. A esquerda manteve a hegemonia nas ruas depois do final dos anos setenta, há trinta e cinco anos atrás. Gritar sem violência não é o mesmo que gritar sem partidos. Quando gritamos juntos sem violência estamos denunciando a presença de provocadores infiltrados da polícia que querem oferecer, conscientemente ou não, um pretexto para a repressão.

⁹ Esta questão da articulação dos fatores objetivos e subjetivos é mais complicada do que pode parecer. Uma situação revolucionária exige, evidentemente, condições objetivas. Mas elas podem estar maduras há décadas, podem até ter apodrecido de tão maduras, sem que uma situação revolucionária tenha se aberto. A passagem de Deutscher, comentando Trotsky, ajuda a esclarecer esta questão: “*Detendo-se na ligação entre os fatores ‘constante’ e ‘variável’ demonstra que a revolução não se explica simplesmente pelo*

fato de estarem as instituições sociais e políticas, há longo tempo, em decadência e prontas a serem derrubadas, mas pela circunstância de que muitos milhões de pessoas perceberam tal coisa pela primeira vez. Na estrutura social, a revolução já estava madura bem antes de 1917; na mente das massas, ela só amadureceu naquele ano. Assim, paradoxalmente, a causa mais profunda da revolução está não na mobilidade da mente dos homens, mas em seu conservantismo inato. Os homens só se levantam em massa quando percebem subitamente como estão mentalmente atrasados em relação aos tempos e desejam reparar esse atraso imediatamente. É a lição que nos mostra a 'História da Revolução Russa': as grandes convulsões na sociedade seguem-se automaticamente da decadência de uma velha ordem; gerações podem viver em uma ordem decadente, sem terem consciência disso. Mas quando, sob o impacto de alguma catástrofe como a guerra ou o colapso econômico, adquirem consciência disso, há uma explosão gigantesca de desespero, esperança e atividades." (DEUTSCHER, 1984, p. 241).

Recebido em: 05/2014

Publicado em: 12/2014